

O TRANSTORNO DO ESPECTRO DO AUTISMO NA PERSPECTIVA DE UMA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Alessandra Flores

Angela Bayer

Sabrina Fernandes de Castro

Resumo: Este trabalho é o resultado de uma pesquisa desenvolvida ao longo dos semestres na disciplina de Investigação e Orientação na Educação Especial I, II, III, IV, V e VI que procurou apresentar e discutir de que forma vem ocorrendo a inclusão escolar de alunos com Transtorno do Espectro do Autismo, considerando a importância da família, da escola e do trabalho multidisciplinar neste contexto. A mesma, foi realizada em duas escolas, uma localizada na cidade de São Pedro do Sul, e outra na cidade de Santa Maria, ambas no estado do Rio Grande do Sul. Justifica-se pelo fato de considerarmos a educação a ferramenta primordial para efetivação das transformações sociais e humanas. A inclusão, colocada como “mudança de perspectiva educacional”, possibilita que pensamentos arraigados ao longo de décadas e que dirigiam condutas excludentes, sejam revistos. Com certeza, não é uma tarefa fácil, tanto ao professor, que em sua prática deve planejar e projetar seu trabalho e estudo partindo das múltiplas experiências que circulam em sala de aula, como a família, que precisa lidar com esta realidade acreditando que o olhar do outro não mais define o lugar do sujeito como “incapaz”, mas como parte de um universo de subjetividades.

Palavras-chave: Educação Especial. TEA. Educação Inclusiva. Família.

Introdução

Atualmente vivemos o tempo da chamada “globalização”, época marcada pelas mudanças rápidas e pelas inovações, tanto tecnológicas, como sociais e humanas. O mundo então se volta a paradigmas multiculturais, onde a diversidade é valorizada e se torna o viés para pensarmos e resgatarmos as diferentes culturas, que por razões históricas eram “esquecidas”, deixadas à margem da sociedade.

Ao longo do tempo o fator exclusão esteve presente no desenvolvimento de toda civilização. Tal fator servia para assegurar a identidade cultural de uma sociedade. Se suas características eram de povos fortes, os ditos “fracos” e / ou inaptos seriam

banidos, expulsos ou eliminados da classe, clã e do contexto de personalidade do povo (SANTOS, 2008, p. 17).

A inclusão social surge então, como oposição à prática da exclusão, onde a diferença era sinônimo de incapacidade, e conseqüentemente a uma vida sem grandes possibilidades. Sabemos que o olhar, a partir da perspectiva da inclusão, não é novo, mas sim reelaborado, porque tal mudança envolve principalmente estruturas sociais, culturais e históricas, mantidas pela norma, a qual nomeou o lugar desses sujeitos, fixando uma identidade “normal” e outra “anormal”.

(...) fixar uma identidade como a norma é uma das formas privilegiadas de hierarquização das identidades e da diferença. A normalização é um dos processos mais sutis pelos quais o poder se manifesta no campo da identidade e da diferença. Normalizar significa eleger – arbitrariamente – uma identidade específica como parâmetro em relação ao qual as outras identidades são avaliadas e hierarquizadas. Normalizar significa atribuir a essa identidade todas as características positivas possíveis, em relação às quais as outras identidades só podem ser avaliadas de forma negativa. A identidade normal é “natural”, desejável, única (SANTOS, 2008, p.83).

A partir disso, não podemos simplesmente “apagar” anos de história, mas sim, revertermos os conceitos que nos tornam seres humanos, iguais em direitos e deveres, e diferentes enquanto únicos em características e subjetividades.

1 Desenvolvimento

Neste contexto, de igualdades e diferenças, está o autismo, considerado um distúrbio do desenvolvimento. De acordo com SCHMIDT (2013, p. 13):

Na mais recente classificação, no DSM-5 (APA 2013), o autismo pertence à categoria denominada transtornos de neurodesenvolvimento, recebendo o nome de transtorno do espectro do autismo (TEA). Assim, o TEA é definido como um distúrbio do desenvolvimento neurológico que deve estar presente desde a infância, apresentando déficit nas dimensões sociocomunicativa e comportamental.

Confirmadamente, podemos hoje nos referir a vários autores que argumentam, defendem, especulam e pesquisam essa área, citando, de acordo com Pereira (1998), como precursor Kanner, em 1943. Embora seja um campo amplo em estudos e descobertas, ainda não cura, por isso é crucial que os pais percebam e procurem ajuda de profissionais especializados, já que, de acordo com MELLO (2007, p. 23), “o diagnóstico precoce é

importante para poder iniciar a intervenção educacional especializada o mais rapidamente possível”.

A capacidade da família para lidar com esta realidade dependerá muito de seu preparo emocional, e isto se coloca também quando falamos no contexto escolar. A importância do trabalho multidisciplinar (professor, médicos, família e escola) é fundamental e se configura como uma corrente, onde cada elo liga todos em prol de um mesmo objetivo, ou seja, o pleno desenvolvimento do ser.

O objetivo da pesquisa foi investigar de que forma vem ocorrendo a inclusão dos alunos com Transtorno do Espectro do Autismo nas escolas de ensino regular e a importância do papel da família e do trabalho multidisciplinar realizado.

A pesquisa foi baseada em uma abordagem qualitativa descritiva, já que “busca compreender seu fenômeno de estudo em seu ambiente usual” (SAMPIERE; COLLADO; LUCIO, 2006, p. 11), identificando os significados, significantes e as representações predominantes no conteúdo das respostas.

Teve como participantes duas professoras, uma da educação infantil e outra da educação básica da rede de ensino da cidade de Santa Maria, Rio Grande do Sul, ambas com alunos com Transtorno do Espectro do Autismo incluídos em sala de aula, e as mães dos mesmos.

Foi utilizado um questionário, um destinado aos professores da rede de ensino regular, o qual continha 17 questões de múltipla escolha relacionadas a prática docente (dificuldades, estratégias e aperfeiçoamento profissional) e a inclusão do aluno autista em sala de aula (como é visto e qual a postura, tanto dos colegas como do grupo escolar como um todo); e uma entrevista aos pais, composto de 7 questões descritivas abarcando questões do desenvolvimento infantil, ingresso escolar e outras demandas decorrentes disso, bem como o significado da inclusão e o que se espera da mesma.

2 Análise e discussão dos resultados

Através da análise descritiva do questionário feito com as professoras, podemos constatar que ambas possuem mais que três anos de docência em sala de aula e que em sua formação tiveram disciplinas, que não tratavam especificadamente do estudo e da reflexão acerca dos saberes e práticas da inclusão, mas que discutia temáticas gerais deste tema, o que

consideraram, frente à demanda existente hoje na escola, relacionando a mesma com a eficiência pedagógica, insuficiente.

Em questões que envolvem, mais especificamente a inclusão de alunos com TEA, constatou-se que ambas as professoras discordam a respeito do contato desses alunos nas salas de ensino regular não contribuir para o crescimento da turma. De acordo com MANTOAN (1997, p. 235),

A inclusão deve causar uma mudança de perspectiva educacional, pois não se limita a ajudar somente os alunos que apresentam dificuldades na escola, mas beneficia todos: professores, alunos pessoal administrativo para que obtenham sucesso educativo. A meta primordial da inclusão é a de não deixar ninguém no exterior do ensino regular, desde o começo. As escolas inclusivas propõem um modo de constituir o sistema educacional que considera as necessidades de todos os alunos e é estruturada em função dessas necessidades.

Ambas concordam que esta inclusão obriga a alteração das atividades normais da sala de aula e que a eficácia pedagógica do professor fica reduzida, já que têm de atender alunos com diferentes níveis de capacidade. LAGO (2007, p.41), diz que,

É possível a inclusão no ensino regular, mas isto requer adaptações que envolvem, desde a flexibilização de procedimentos relativos às várias dimensões do ambiente escolar, até mudanças direcionadas às ações pedagógicas e procedimentos de sala de aula. Para tanto o caminho indicado é uma rede de apoio interdisciplinar que se proponha a trabalhar em conjunto com a escola e com os professores, bem como um atendimento terapêutico para a criança.

De acordo com FÁVERO ET AL (2004, p. 30),

para alunos com e sem deficiência exercerem o direito à educação em sua plenitude é indispensável que a escola aprimore suas práticas, a fim de atender as diferenças. Evidencia-se, assim, a necessidade de redefinir colocar em ação novas alternativas pedagógicas que favoreçam a todos os alunos, o que implica atualização e desenvolvimento de conceitos e metodologias educacionais compatíveis com este grande desafio.

No que se refere a análise das entrevistas realizadas com as mães dos alunos com TEA, foram elencadas três categorias a partir das respostas dadas. Inicialmente, foram consideradas as características do desenvolvimento da criança, tais como início dos sintomas, relacionamento social e fatores cognitivos, como fatores fundamentais de estruturação do sujeito, já que, de acordo com ARAUJO (2006, p. 9),

Ao nascer, a criança autista não apresenta indício em seu organismo que sugira o desenvolvimento da síndrome. Desde os primeiros anos de vida, gradativamente, torna-se manifesto que ela estabelece uma relação muito especial com o mundo que a cerca. Na medida em que a criança vai crescendo, fechamento em comportamentos ritualizados torna-se mais perceptível e verifica-se um surpreendente desinteresse pelos acontecimentos e pessoas. O manuseio dos objetos não caracteriza o brincar, mas a estereotipia e a perda do caráter de exterioridade desses objetos.

A seguir, a estrutura familiar, envolvendo a aceitação e adaptação, aspectos físicos e psicológicos envolvidos no processo: mudanças na rotina familiar, novas tarefas, desafios, dificuldades e o papel da escola neste contexto, como fatores essenciais na constituição do sujeito.

A família de indivíduos portadores de autismo se vê frente ao desafio de ajustar seus planos e expectativas quanto ao futuro, às limitações desta condição, além da necessidade de adaptar-se à intensa dedicação e prestação de cuidados das necessidades específicas do filho (SCHMIDT, BOSA, 2003, p. 3).

Por fim, deficiência e diferença x exclusão e inclusão, desejos projeções futuras e quebra de paradigmas analisados a partir do lugar e do olhar sobre o sujeito. ALVES E BARBOSA (2006, p.15) ilustram a inclusão

como uma [...] ressignificação de concepções e práticas, no qual os educadores passem a compreender a diferença humana em sua complexidade, não mais em caráter fixo e um lugar: predominantemente no outro, mas entendendo que as diferenças estão sendo constantemente feitas e refeitas e estão em todos e em cada um.

VIDUAL (2012, p. 10), coloca que, “estar na escola não significa necessariamente fazer parte dela, pois ter acesso ao ensino, não garante a qualidade da aprendizagem e tampouco a participação ativa neste processo”.

Conclusões

A partir da análise descritiva e categorial dos dados coletados na pesquisa, tendo como parâmetros de embasamento os referenciais teóricos, podemos concluir que a inclusão, enquanto proposta educacional vem sendo tratada, acima de tudo como “discurso obrigatório”.

Vivenciamos o contexto social e escolar voltado a esta realidade, com escolas e professores tentando se adequar e fazendo o possível para garantir o bem estar do aluno neste ambiente. No entanto, devemos salientar que somos fruto da constituição histórica marcada

por anos de exclusão das diferenças, ou seja, a mudança no olhar sobre esses sujeitos não se dará sem que várias medidas sejam alcançadas, entre elas o preparo e o apoio ao professor e a implantação efetiva e real de políticas públicas que viabilizem as práticas dentro da escola.

Acreditamos, sim, que a inclusão é possível, mas salientamos que devemos ser cuidadosos, tanto em nossos discursos, como em nosso pensar e olhar acerca do assunto. A simples aceitação do que nos é imposto como “lei” muitas vezes origina conflitos que são fomentados pelas particularidades vividas por cada um. O ponto crucial que deve ser tomado, é que o imperativo na questão é a valorização do vasto campo subjetivo que circunda o universo escolar e as possibilidades que se abrem a partir disso ao crescimento de todos que se utilizam desse meio para o seu desenvolvimento, tanto físico, como social e humano.

Referências

ALVES, Denise de Oliveira e BARBOSA, Kátia Aparecida Marangon. IN: ROTH, Berenice Weissheimer (Org.). **Experiências educacionais inclusivas: Programa Educação Inclusiva: direito à diversidade**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2006.

ANTUNES, Celso. **Educação Inclusiva – Disfunções Cerebrais e a Inclusão**. 2006.

ARAUJO, MARIA ELIZABETH DA COSTA. **Autismo e Constituição do Sujeito**. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro, 2006.

FÁVERO, Eugenia; PANTOJA, Luiza; MANTOAN, M. Tereza. **O acesso de Alunos com deficiência às escolas e classes comuns da Rede Regular**. Brasília: Procuradoria Federal Dos Direitos do Cidadão, 2004.

LAGO, Mara. **Autismo na escola: ação e reflexão do professor**. Porto Alegre: 2007.

MANTOAN, M. T. E. **A integração de pessoas com deficiência: contribuições para uma reflexão sobre o tema**. São Paulo: Mennon, 1997.

MELLO, Ana Maria S. Ros de. **Autismo: guia prático**. 5. ed. São Paulo: AMA; Brasília: CORDE, 2007

PEREIRA, E. (1998). **Autismo: do conceito à pessoa**. Lisboa: Secretariado de Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência.

SAMPIERI, R. H.; COLLADO, C. F.; LUCIO, P. B. **Metodologia de pesquisa**. 3.ed. São Paulo: McGraw-hill, 2006.

SANTOS, A.M.T. **Autismo: Desafio da alfabetização e no convívio escolar**. São Paulo: Crda, 2008.

SCHMIDT, CARLO (Org.). **Autismo, educação e transdisciplinariedade**. Papirus Editora, 2013.